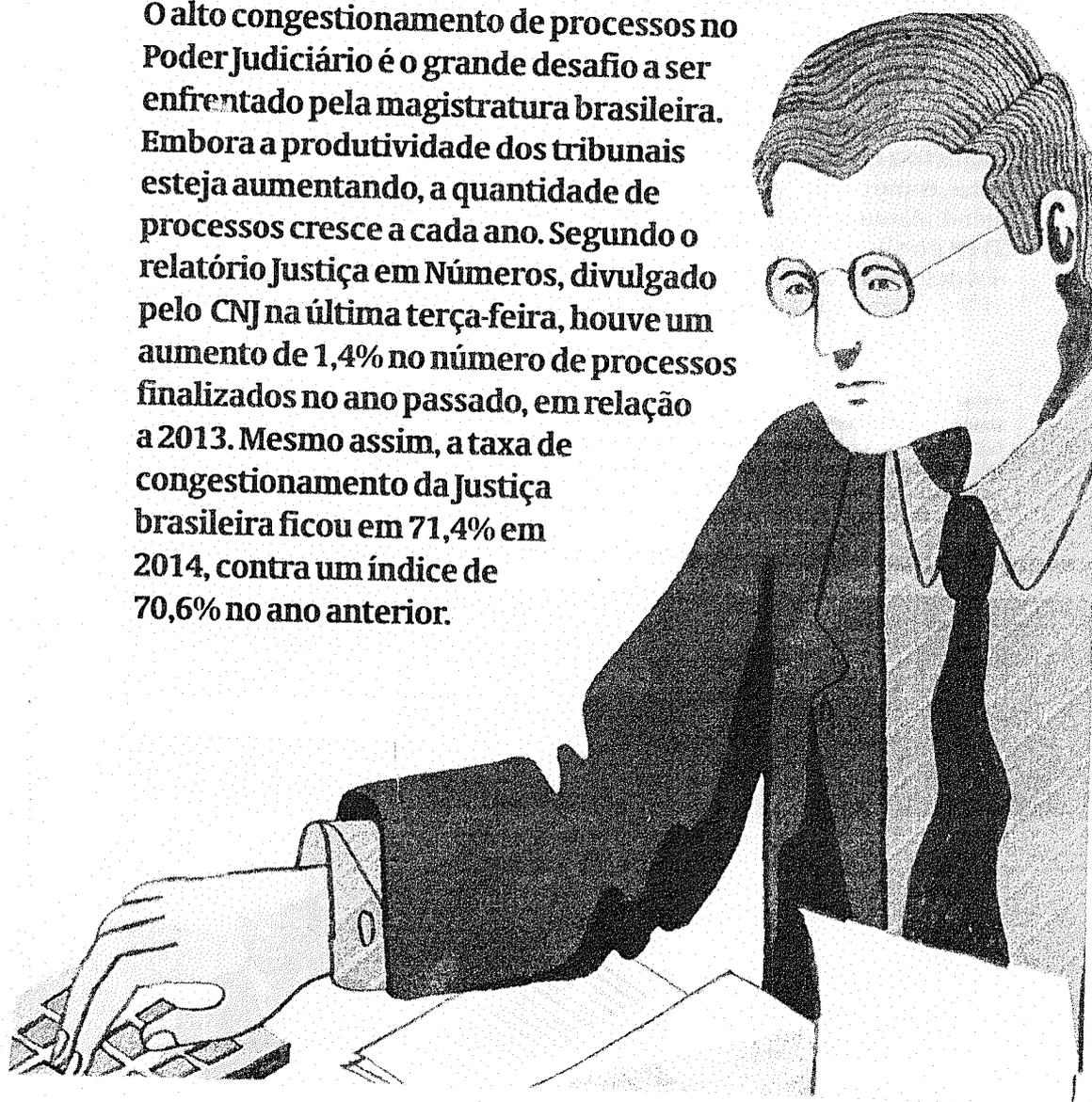


17 SET 2015

GAZETA DO POVO

A árdua luta para reduzir o número de ações nos tribunais

O alto congestionamento de processos no Poder Judiciário é o grande desafio a ser enfrentado pela magistratura brasileira. Embora a produtividade dos tribunais esteja aumentando, a quantidade de processos cresce a cada ano. Segundo o relatório Justiça em Números, divulgado pelo CNJ na última terça-feira, houve um aumento de 1,4% no número de processos finalizados no ano passado, em relação a 2013. Mesmo assim, a taxa de congestionamento da Justiça brasileira ficou em 71,4% em 2014, contra um índice de 70,6% no ano anterior.



17 SET 2015

GAZETA DO POVO

Judiciário precisa superar alto índice de litigiosidade

Relatório Justiça em Números, do CNJ, mostra que, mesmo com aumento da produtividade, congestionamento da Justiça brasileira cresce

Joana Neitsch

A litigiosidade é o grande desafio do Poder Judiciário brasileiro, que se reflete no alto congestionamento de processos em trâmite na justiça. Ao mesmo tempo em que a produtividade dos tribunais vem aumentando, a quantidade de ações cresce ano a ano.

O relatório Justiça em números, divulgado pelo CNJ na última terça-feira (15) mostra que 28,5 milhões de processos foram baixados em 2014, um crescimento de 1,4% a mais que no ano anterior.

A análise do CNJ é otimista ao apontar que em 2014 o número de novos processos que chegaram à Justiça foi 1,1% maior do que em 2013 (28,8 milhões). Em um comparativo, o conselho aponta que entre 2010 e 2011, esse aumento foi de 8%.

Mesmo com essa evolução, a taxa de congestionamento total do Poder Judiciário foi de 71,4%, enquanto no ano anterior havia sido de 70,6%.

Para Fabricio Tomio, professor de Direito Público da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o relatório mostra que a situação do Judiciário é estável, com uma tendência no sentido da eficiência. Mas ele destaca que, mesmo com o incremento do orçamento real não tem havido redução do passivo jurisdicional. “Não há um país que destine tanto recurso para esse ramo do poder”, observa Tomio e acres-

centa que na atual conjuntura não é possível fazer mais investimentos no Judiciário: “É muito difícil que haja um incremento significativo. A ideia de alocar mais recursos é impossível. É preciso adotar mecanismos que reduzam a demanda, que impeçam que o litígio seja formado — não impedir o acesso do cidadão”.

Novidade

Neste ano, o relatório do CNJ trouxe como novidade a análise dos assuntos mais demandados no Poder Judiciário (veja infográfico). Processos de Direito do Trabalho (rescisão de contratos e verbas rescisórias) são os mais comuns na Justiça brasileira. Em seguida vem Direito Civil, Obrigações/Espécies de Contratos e Direito do Consumidor, responsabilidade do fornecedor e indenização por danos morais, nessa ordem.

Para Tomio, é de se esperar que processos de direito do Trabalho estejam em primeiro lugar, já que não têm custos e o acesso do jurisdicionado é bastante facilitado. Além disso, esse dado mostra que as relações de trabalho estão “fortemente judicializadas”.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

TJ-PR é destaque no atendimento à demanda

O Tribunal de Justiça do Paraná teve o maior Índice de Atendimento à Demanda (IAD) entre os tribunais de grande porte segundo o relatório Justiça em Números do CNJ. O índice cruza o número de processos baixados com o número de processos de que se tem conhecimento no ano. Com 131%, o primeiro grau do TJ-PR recebeu destaque no relatório na parte que se refere a esse quesito.

Rodrigo Dalledone, juiz auxiliar da presidência do Tribunal, atribui esse resultado a medidas como o incentivo à conciliação, o avanço do processo eletrônico e ao treinamento dos servidores, que também estão entre os mais produtivos, especialmente os que atuam em primeiro grau, que tiveram o melhor resultado em comparação outros tribunais.

Já o índice de produtividade dos juízes de 1º grau está em 4º entre os cinco tribunais de grande porte; e em 3º entre os cinco para os magistrados de 2º grau. "Os resultados dos magistrados foi menor que os dos outros tribunais, mas mesmo assim, o resultado global foi maior", observa Daledone ao citar o IAD. Ele considera que dificuldades estruturais e o alto índice litigiosidade são um desafio para o TJ-PR e aponta o Comitê Gestor Regional como uma das alternativas para melhorar os números, com priorização do 1º grau. (JN)

17 SET 2015

INDICADORES

Confira dados sobre gastos e produtividade dos tribunais que têm jurisdição no Paraná.

PERFIL DOS TRIBUNAIS

Tribunais	TRT9	TRF4	TJ-PR
Despesa (em R\$ bilhões)	0,77	1,71	1,88
Estoque de processos (em milhões)	0,21	1,44	2,97
Índice de atendimento à demanda (em %)	98%	63%	128%
Magistrados			
Vagas preenchidas	207	402	911
Cargos vagos	7	43	8
Servidores			
Vagas preenchidas	2.479	5.367	6.470
Cargos vagos	50	116	930

ASSUNTOS MAIS DEMANDADOS

	Área	Assuntos	Processos em milhões
Poder Judiciário em geral			5,28
2º grau	Direito do Trabalho	rescisão de contrato/ verbas rescisórias	0,51
1º grau			4,75
Turmas recursais			0,13
Juizados especiais	Direito do Consumidor	responsabilidade do fornecedor/ indenização	1,03

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

17 SET 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

JUSTIÇA FEDERAL

Desembargadores do TRF4 atingem os maiores índices de produtividade

O Tribunal Regional Federal da Quarta Região (TRF4) recebeu destaque no relatório Justiça em Números do CNJ devido à alta produtividade dos desembargadores – cada um julgou 4899 casos. Assim, mesmo com a alta demanda, o TRF4 teve a menor taxa de congestionamento do 2º grau entre os tribunais federais, 85%.

Por outro lado, na soma total, o Índice de Atendimento à Demanda (IAD) do tribunal como um todo vem caindo em comparação com os últimos anos, está em 72,2%. Já o Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus) tem se mantido estável e é 69,60%.

JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT9 quer baixar mais estoque de processos

O Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9) está em uma posição mediana entre os tribunais de estrutura similar de médio porte. Entre nove, o tribunal que tem jurisdição no Paraná está em quinto lugar no Índice de Atendimento à Demanda (IAD).

A presidência do Tribunal comemora o fato de o tribunal ter atingido o maior Índice de Produtividade Comparada (IPC-Jus) dos últimos cinco anos, com 84%. O presidente do TRT9, Altino Pedrozo dos Santos, explica que, para melhorar os resultados, o tribunal tem procurado incentivar a cultura da conciliação. Além disso a projeção é baixar bastante o estoque, pois, com o Projeto Horizontes, o tribunal está diminuindo a quantidade de processos do acervo provisório.

Santos considera necessário mudar a cultura do litígio.

Ele também aponta que seria importante aumentar o número de magistrados, mas reconhece que no atual momento de crise não é possível. (JN)

CONTINUA

17 SET 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

438.112

Esta é a soma da força de trabalho total do Judiciário no Brasil. Desses, 64% são servidores efetivos, comissionados e requisitados.

16.927

Este é o número total de magistrados no Brasil, o que representa 4% da força de trabalho da Justiça brasileira. A maioria deles, 68%, está na Justiça Estadual.

4.893

Este era o total de vagas de magistrado vagas em 2014. Além disso, 631 juízes estavam afastados da jurisdição neste período.

R\$ 68,4 BI

Este foi o total de despesas do Judiciário em 2014, um crescimento de 4,4% em relação ao ano anterior. Em seis anos, esse valor aumentou 33,7%.

R\$ 61,2 BI

Foi o valor das despesas do Judiciário com recursos humanos em 2014, o que representa 89,5% dos gastos totais. A Justiça do Trabalho é que mais gasta com essa área.

51% DO ACERVO

É de processos relacionados à execução judicial, considerada um dos principais entraves da Justiça brasileira.

27 MILHÕES

É o número de sentenças ou decisões proferidas pelo Judiciário em 2014, um aumento de 4% em comparação ao ano anterior. Em seis anos a soma é de 13,9% a mais.

**14.985
CARTÓRIOS**

Estão instalados no 1º grau para atender os 5.570 municípios.

70,83 MILHÕES

É a quantidade de processos no acervo do Judiciário registrada em 2014.

20,1 MILHÕES

De casos novos foram registrados na Justiça Estadual, que recebeu 69,7% do volume total de processos em 2014.

17 SET 2015

GAZETA DO POVO

» CARTA EDITORIAL

Acesso X sobrecarga



Joana Neitsch
Editora do Caderno Justiça & Direito

Considerado um dos maiores avanços trazidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o relatório Justiça em Números apresenta um retrato das diversas esferas do Judiciário brasileiro e permite fazer um panorama da Justiça no país em vários aspectos, como custos estruturais, número de magistrados e servidores.

Este ano, o Justiça em Números traz diversas boas notícias, como o bom índice de atendimento à demanda do TJ-PR e o alto desempenho dos desembargadores do TRF-4. E nessa edição, anali-

samos alguns dos resultados referentes aos tribunais que têm jurisdição no Paraná. Se por um lado, os bons números têm de ser citados, por outro nos deparamos com uma realidade que vem mudando pouco. Por mais que a produtividade aumente, a quantidade de novos processos teima em aumentar ainda mais. Assim, as taxas de congestionamento ficam praticamente constantes.

Representantes dos tribunais atribuem essa dura realidade, além das dificuldades estruturais, à cultura da litigiosidade. Mas como mudar isso? Não se pode negar ao cidadão o acesso à Justiça que é uma conquista que vem se expandindo desde a

Constituição de 1988 e ainda está longe do ideal.

Uma solução são medidas de incentivo à conciliação, que vêm sendo adotadas. Mas há muito preconceito com essa alternativa, não só dos jurisdicionados, mas também de operadores do direito. Vai levar tempo e não há respostas fáceis.

De qualquer maneira, é importante que todos os interessados nos serviços da Justiça e em seus bons resultados se debrucem sobre esses números e não os vejam somente como vitórias ou derrotas, mas como indicadores de medidas que precisam ser tomadas para aprimorar as políticas públicas e a qualidade da Justiça brasileira.

GAZETA DO POVO 17 SET 2015

Assédio Moral na Família: o lar não doçelar

ARTIGO

Kenza Borges Sengik, mestre em direito, coordenadora-adjunta do curso de Direito do Câmpus Maringá da PUCPR e autora do livro "Assédio Moral na Família – a tutela jurisdicional da personalidade e o acesso à justiça".

Muito se tem discutido sobre assédio moral no trabalho e assédio moral na escola, o chamado bullying. Infelizmente, observa-se que o assédio moral pode ocorrer em qualquer relação intersubjetiva do ser humano, inclusive dentro da entidade familiar. Na família, o estudo é considerado recente. O seu reconhecimento entra em xeque com a premissa de que a família representa amor, afeto, respeito e segurança. Afinal, é triste e chocante assumir que dentro da família pode haver violência psíquica tão grave como o assédio moral.

O assédio moral na família é caracterizado por um conjunto de condutas agressivas e repetitivas, de forma a violar a integridade psíquica e moral da vítima. Algumas vezes tais condutas são visualizadas na forma de brincadeiras, mas podem aparecer em agressões verbais brutas. Frases como: "Você é uma burra"; "Você é um frouxo"; "Você não faz nada direito"; "Gorda assim você não irá arrumar namorado"; "Você está muito magra"; "Você é uma desgraça", ditas em repetição geram grande mácula na autoestima e na autoconfiança da vítima.

Importante destacar que muitas vezes o agressor tem características melodramáticas, tendo comportamentos como choros e gritos para que a atenção da vítima se concentre inteiramente nele. Ele não se responsabiliza pelos seus atos e pelos seus fracassos, culpando a vítima por tudo que acontece que não seja o desejado. Paralelamente, o agressor tenta isolar a vítima de contato social e de pessoas íntimas, como familiares e amigos, para que ela não tenha com quem se abrir e se sintá sozinha.

A vítima não é necessariamente depressiva e melancólica, mas tais características podem ser adubo para a intenção do agressor em mantê-la na sua teia de violência. Inicialmente, a vítima acredita ser culpada das agressões e sente vergonha, principalmente, vergonha de não se sentir amada. Quando o assédio moral é em face de crianças e adolescentes, o sentimento de culpa é ainda maior, diante da ausência de maturidade de reconhecer que o errado é o agressor.

Deve-se ter em mente que o assédio moral na família pode se dar em todas as dimensões, ou seja, entre pai e filho, marido e mulher, mãe e filho, e vice-versa. Não há uma regra. O que é comum a todos os casos é justamente suas graves consequências. Observa-se que o assédio moral na família muitas vezes é reconhecido somente a partir de seus efeitos e isso agrava o quadro da vítima, pois já se está diante de danos causados pela rotina de violência.

A teia de violência psíquica gera grande estresse no assediado, causando doenças psicossomáticas, como ansiedade crônica, distúrbios alimentares (anorexia e bulimia), uso de drogas, quadro de depressão, chegando até ao suicídio. Há autores que denominam o assédio moral de bullicídio. Assédio moral na família é homicídio da alma, pois o principal efeito é a aniquilação da personalidade da vítima, gerando, assim, os graves resultados dela.

É preciso que a vítima se reconheça como vítima e procure ajuda, inclusive de um profissional. Sozinha, infelizmente, a vítima dificilmente consegue ter força emocional para reverter a realidade violenta que vive, mesmo porque nem tudo é tão ruim na convivência com o agressor. O agressor é consciente das atitudes agressivas e também sabe quando pedir desculpas, numa tentativa de enredar ainda mais a vítima. Quando sente que precisa neutralizar a situação, pede perdão e, em geral, faz algo que a vítima gosta (passado ou presente), mas o perdão não é verdadeiro e a rotina de violência volta a fazer parte da vida da família.

CONTINUA

17 SET 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Para o Direito, o assédio moral na família é de extrema importância. Os juristas precisam assumir a sua existência e ter a preocupação de amparar as vítimas. É preciso ter conhecimento, sabedoria e sensibilidade na escolha da técnica processual adequada a fim de que o Direito seja efetivo na proteção das vítimas. No ordenamento jurídico, há tutelas jurisdicionais específicas para prevenção do ilícito e a não repetição (tutela inibitória), bem como a indenização de danos sofridos (tutela indenizatória).

O ser humano é resultado das relações intersubjetivas que possui, principalmente, das relações familiares. A família é responsável pela formação e pela estabilidade da personalidade de seus membros. Cada pessoa precisa se sentir amparada, respeitada e amada em seu seio familiar. A máxima frase: lar doce lar de fato deve ser uma constância. É preciso que cada pessoa se sinta envolvida na felicidade dos seus entes familiares e busque uma convivência saudável. Assim, as famílias produzirão seres humanos felizes e prontos para viver em sociedade.

Deve-se ter em mente que o assédio moral na família pode se dar em todas as dimensões, ou seja, entre pai e filho, marido e mulher, mãe e filho, e vice-versa

No ordenamento jurídico, há tutelas jurisdicionais específicas para prevenção deste ilícito e a não repetição (tutela inibitória), bem como a indenização de danos sofridos (tutela indenizatória)

17 SET 2015

GAZETA DO POVO

CNJ avança no sistema para cálculo de benefícios dos presos

IO Conselho Nacional de Justiça começou a desenvolver o Sistema de Execução Penal Unificado, com o objetivo de permitir uma gestão mais eficiente no trâmite dos processos de execução penal. O sistema será oferecido gratuitamente a todos os tribunais do país em fevereiro do próximo ano e pretende acabar com problemas recorrentes no dia a dia de varas de Execução Penal, entre eles a concessão atrasada de progressões e direitos e as chamadas "penas vencidas". Na primeira reunião, ocorrida semana passada, no Tribunal de Justiça do Paraná, o grupo de trabalho, composto por juízes de todas as regiões brasileiras, definiu a metodologia que deve ser adotada para construir o novo sistema.

GAZETA DO POVO

CONTRA CORRUPÇÃO
Campanha do MPF
recolheu 188 mil
assinaturas até agora

17 SET 2015

O Ministério Público Federal obteve até o momento 188.857 assinaturas em sua campanha "10 Medidas contra a Corrupção", conforme resultado parcial divulgado pelo órgão nesta semana. O objetivo é reunir um total de 1,5 milhão de assinaturas, para que as propostas sejam entregues ao Congresso Nacional por meio de projetos de lei de iniciativa popular. Entre as propostas que compõem a campanha estão a criminalização do enriquecimento ilícito, o aumento de penas, reforma no sistema de prescrição penal e tornar crime hediondo a corrupção de altos valores. O estado que mais colheu assinaturas foi São Paulo (42.459), seguido do Paraná (35.925) e Minas Gerais (23.058).

Conselho Nacional de Ouvidores do MP reúne em Curitiba

O Ministério Público do Paraná sedia hoje (17) e amanhã (18) a XXVI Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores do Ministério Público (CNOMP). A programação será aberta às 9 horas desta quinta-feira no auditório da sede do MP-PR, em Curitiba, com a palestra "Investigação Criminal e Ouvidoria", que será proferida pelos procuradores da República Deltan Martinazzo Dallagnol e Roberson Henrique Pozzobon. No período da tarde e no dia 18, os conselheiros irão discutir temas relativos a orçamento e Lei Orgânica Nacional das Ouvidorias, entre outros assuntos, na sede da Associação Paranaense do Ministério Público (APMP).

FCC lança edital para concurso do TRT-9

A Fundação Carlos Chagas (FCC) divulgou nesta quarta-feira (16/09), no Diário Oficial da União, o edital para o concurso de servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT-9). Não há vagas previstas, apenas formação de cadastro reserva para cargos de Analista Judiciário, que exigem Ensino Superior completo em diversas áreas e em Direito (dependendo do cargo), e para Técnico Judiciário, que exige Ensino Médio.

Inscrições

As inscrições podem ser feitas a partir das 10 horas do dia 21/09 até as 14 horas de 25/09 de 2015, horário de Brasília, e custam R\$ 110 para todos cargos de Analista Judiciário, e R\$ 90, para os de técnico. As provas serão realizadas no dia 29 de novembro de 2015, sendo as de técnico no período da manhã e as de analista, à tarde. A remuneração para cargos que exigem Ensino Superior completo é de R\$ 8.803,97, e para o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal será acrescida Gratificação de Atividade Externa (GAE), no valor de R\$ 1.621,78. Para os cargos de técnico, a remuneração é de R\$ 5.365,92.

Curso para jornalistas vai abordar Direito Notarial e Registral

Estão abertas as inscrições para o curso "Introdução ao Direito Notarial e Registral para Jornalistas", promovido pela Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR), em parceria com o caderno Justiça & Direito, da Gazeta do Povo. O evento acontece no dia 24 de setembro, às 9h, na sede da Anoreg. O objetivo é oferecer noções básicas dos serviços notariais e registrais para profissionais de comunicação que abordem o tema em sua cobertura jornalística. As inscrições são gratuitas e devem ser realizadas pelo endereço atendimento@anoregpr.org.br. Mais informações pelo telefone: (41) 3221-1000.

EVENTOS

PREVIDÊNCIA

III Seminário de Direito Previdenciário

Quando: 28 e 29/9

Onde: OAB-PR

Informações:

www.oabpr.org.br/eventos

DIREITO E SAÚDE

VI Fórum de Direito Aplicado em Saúde - realizado durante Encontro Paranaense da Saúde 2015

Quando: 23 a 25 de setembro

Onde: Teatro Positivo- Pequenos Auditório

Informações e inscrições:

[www.fehospar.com.br/\(41\)3254-1772](http://www.fehospar.com.br/(41)3254-1772)

LIBERDADE RELIGIOSA

Encontros de comemoração da diversidade

Quando: 10, 14, 16, 18 e 20 de setembro

Onde: sedes de diversas denominações religiosas de Curitiba

Inscrições gratuitas:

www.oabpr.org.br/eventos

UM DIA NA FACULDADE

Estudantes poderão conhecer a rotina dos cursos de graduação da Unibrasil, entre eles o de Direito.

Quando: 30 de setembro, das 8h às 12h

Inscrições gratuitas: de 26 de agosto a 27 de setembro
www.umdianounibrasil.com.br

Desconto: os participantes do evento terão desconto de 50% no vestibular da instituição

17 SET 2015

GAZETA DO POVO

UM DIA NA FACULDADE

Estudantes poderão conhecer a rotina dos cursos de graduação da Unibrasil, entre eles o de Direito.

Quando: 30 de setembro, das 8h às 12h

Inscrições gratuitas: de 26 de agosto a 27 de setembro
www.umdianounibrasil.com.br

Desconto: os participantes do evento terão desconto de 50% no vestibular da instituição

LIBERDADE RELIGIOSA

Palestra na Universidade Positivo

Participantes: Ivan Bonilha (presidente do TCE); Guilherme Paludo (advogado) e José Osório Nascimento (advogado). Mediação: Katna Baran (Gazeta do Povo)

Quando: 18 de setembro, às 19h

Onde: Universidade Positivo, Campus Praça Osório
Horas complementares: 2h

DICAS PARA CARREIRA

Simpósio Dicas para uma Carreira de Sucesso

Temas: Escrita e boa argumentação oral; "Nós advogados vistos pelos juízes"; Elaboração de currículo; O que os escritórios buscam na contratação de advogados iniciantes

Quando: 23 e 24 de setembro

Onde: OAB-PR

Informações:

www.oabpr.org.br/eventos

CONCURSO DE ARTIGOS (TJ-PR)

Tema: Redescobrimo os Juizados Especiais

Inscrições: 20/8 a 18/9

Público-alvo: magistrados, servidores, conciliadores, juízes leigos e estagiários do Poder Judiciário do Paraná

Premiação: participação em solenidade, publicação em site e na revista

Aproximação

Mais informações:

<http://bitly.com/1Vw7yGp>

17 SET 2015

GAZETA DO POVO

Cartórios auxiliam na busca por Justiça Cidadã

Segundo o secretário Marcelo Veiga (SRJ/MJ), é necessário fortalecer métodos alternativos de resolução de conflitos

Defensor da ideia de que o acesso à Justiça não se esgota no alcance às instituições do Poder Judiciário, o advogado Marcelo Veiga assumiu interinamente a Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ), do Ministério da Justiça (MJ), em substituição a Flávio Croce Caetano. Veiga acredita que é necessário avançar no fortalecimento de métodos alternativos de solução de controvérsias, que permitam a resolução de conflitos e o acesso a direitos sem a judicialização de demandas.

Qual o seu posicionamento sobre a mediação extrajudicial para a resolução consensual de conflitos?

Acreditamos que o acesso à Justiça não se esgota no acesso às instituições do Poder Judiciário. Acesso à Justiça, numa concepção material, pode ser definido como todas aquelas formas, práticas, iniciativas ou instituições que permitam aos cidadãos a proteção, bem como a reparação de eventual lesão aos seus direitos. Nesse sentido, tanto instituições públicas como instituições privadas e sociais podem fomentar o acesso à Justiça. A mediação extrajudicial é um desses exemplos. Conhecemos diversas iniciativas extrajudiciais que efetivamente distribuem o valor do que se considera como justo em nossa sociedade.

Em muitos municípios afastados dos grandes centros urbanos, os cartórios são a representação da oficialidade

Com a mediação e conciliação extrajudicial, a Justiça ganha novos aliados na busca de soluções de conflitos?

Um dos muitos benefícios que podemos identificar na utilização extrajudicial dos métodos consensuais de solução de conflitos é a tendência de que eles sejam mais baratos e mais rápidos do que o processo judicial típico. Assim, quanto mais desses mecanismos pudermos dispor, mais espaço, tempo e recursos humanos e orçamentários poderão ser reservados pelo Poder Judiciário para lidar com conflitos complexos e toda a gama de disputas que não pode ser resolvida por meio do consenso.

Que importância os notários e registradores assumem a partir da mediação extrajudicial?

Os notários e registradores poderão ter um papel de destaque na oferta dos serviços de mediação, conciliação e negociação extrajudiciais. Sabemos da capilaridade do sistema cartorial brasileiro. Em

muitos municípios afastados dos grandes centros urbanos, os cartórios são a representação da oficialidade, transmitindo confiança e integridade aos cidadãos. Ora, se queremos que os cidadãos passem a utilizar os mecanismos extrajudiciais de resolução consensual de disputas, precisamos antes contar com uma rede de instituições que ofereça tais serviços de forma profissional, confiável e acessível.

Que outras medidas o senhor gostaria de destacar que devem contribuir para a reforma do Judiciário?

É necessário avançar no fortalecimento de métodos alternativos de solução de controvérsias, que permitam a resolução de conflitos e o acesso a direitos sem a judicialização de demandas. É importante trabalhar na modernização da administração da prestação jurisdicional e da gestão dos processos, por meio da informatização e da incorporação de novas tecnologias e procedimentos que otimizem os atos judiciais, com o objetivo de alcançarmos uma maior agilidade na análise dos processos. Promover o fortalecimento da Lei de Acesso à Informação e da transparência em relação ao Sistema de Justiça e aos mecanismos relacionados à prestação jurisdicional também é essencial. E, por fim, a proposta de reforma do Sistema de Prestação Jurisdicional deve ser orientada não somente pela ideia de celeridade, mas, acima de tudo, pela busca por uma Justiça Cidadã.

17 SET 2015

GAZETA DO POVO

CONCURSO PÚBLICO

Direito Administrativo

Cargo: Defensor Público – 2015

Banca: Fundação Carlos Chagas (FCC)

No que tange à competência para revogar atos administrativos, é correto afirmar que:

- (A) a competência para revogar é sempre delegável.
- (B) atos já exauridos podem ser revogados, desde seja expressamente atribuído efeito retroativo ao ato revocatório.
- X** (C) atos ineficazes, porque ainda não implementada condição deflagradora de sua eficácia, estão sujeitos à revogação.
- (D) é possível revogar atos vinculados, desde que sua edição seja de competência autoridade que editará o ato revocatório.
- (E) a revogação de atos que se sabem eivados de nulidade é possível, desde que devidamente motivada por razões de interesse público.

Resposta: C

O "X" DA QUESTÃO

NOURMIRIO BITTENCOURT TESSEROLI FILHO, advogado e professor universitário (PUCPR), é escritor e palestrante. Professor de Direito Constitucional e de Direito Administrativo no Curso Luiz Carlos. Autor da obra "1001 Questões Comentadas de Direito Processual Penal – CESPE", Editora Método.

A alternativa 'A' está errada. Somente quem edita o ato administrativo, ou tem competência para revê-lo de ofício ou por via de recurso administrativo, possui competência para revogá-lo. Devemos atentar para o fato de que a regra geral é a possibilidade de delegação de competência, a qual somente não é admitida se houver impedimento legal.

A letra 'B' também apresenta erro. Ato consumado (ou exaurido) é o que já produziu todos os efeitos que estava apto a realizar. Tendo em conta que a revogação não retroage (opera efeitos "ex nunc") e os atos já produziram todos os efeitos que lhe seriam próprios, não há que se falar em revogação.

A alternativa 'C' está correta. Um ato administrativo pode ser ineficaz porque ainda não está formado (todo ato imperfeito é ineficaz!), ou porque já foi extinto. Da mesma forma, são ineficazes os atos exauridos (ou consumados), vez que já produziram todos os efeitos que poderiam ter produzido. Os atos que, não obstante perfeitos, dependem de um evento

futuro para que possam iniciar a produção de seus efeitos também são ineficazes (todo ato pendente é ineficaz!). Os atos ineficazes, porque ainda não implementada condição deflagradora de sua eficácia, estão sujeitos à revogação.

A assertiva 'D', da mesma forma, apresenta erro. Os atos vinculados não são passíveis de revogação, visto que sobre eles não é possível a verificação de conveniência e oportunidade. Quando a administração está diante do motivo determinante da prática do ato vinculado, ela deve obrigatoriamente exercê-lo, não lhe sendo facultada a possibilidade de analisar a conveniência e a oportunidade de fazê-lo. Desse modo, inexistindo possibilidade de análise de mérito para a edição do ato vinculado, evidentemente essa abertura também não haverá para que o ato seja desfeito pela revogação.

A alternativa 'E' também está errada. A revogação consiste na extinção do ato administrativo válido. A anulação, diferentemente, deve ocorrer quando há vícios no ato, concernentes à legalidade ou legitimidade. Se o ato administrativo foi produzido em desconformidade com a lei ou com os princípios do ordenamento jurídico, é mister sua anulação (e não sua revogação!).

GAZETA DO POVO 17 SET 2015

Júri simulado mobiliza alunos

O Tribunal do júri do Paraná foi palco da 1ª Liga de Júri Simulado, evento que envolveu estudantes de quatro faculdades de direito de Curitiba. O evento, organizado pelo Curso Luiz Carlos, contou com apoio dos Centros Acadêmicos da PUCPR, UFPR, UniCuritiba e Universidade Positivo.

O primeiro caso, abordado na disputa se tratava de uma acusação de homicídio. Uma filha adotiva teria matado a mãe para receber um seguro de R\$ 250 mil. Neste caso a UniCuritiba fez a acusação e a UFPR a defesa. A acusada foi considerada culpada pelo júri, formado por estudantes do Colégio Estadual Ângelo Gusso, das faculdades Opet e Tuiuti e de servidores do próprio Tribunal.

O segundo caso também se tratava de uma acusação de homicídio. Um amigo teria atirado em outro, que não morreu na hora, mas depois de dois anos, supostamente por complicação de tiros que recebeu. A PUC-PR fez a acusação e a Universidade Positivo, a defesa. A decisão do júri, formado por estudantes do Colégio Estadual do Paraná, da Opet e Universidade Tuiuti, considerou o crime culposo, quando não há intenção de matar e, portanto, o réu não poderia ser julgado pelo Tribunal do Júri.

Objetivo

O diretor executivo do Luiz Carlos, Gustavo Arns explica que o objetivo de promover o Júri Simulado “foi desmistificar o Tribunal do Júri, permitindo que os acadêmicos tenham contato com uma realidade prática, diferente da teoria das salas de aula”.

“O Tribunal do Júri foi o grande vencedor, pois tivemos aqui cerca de 400 pessoas assistindo a disputa. Isso fortalece o Tribunal do Júri, que é uma grande ferramenta do exercício do Direito” diz o juiz Daniel Avelar, que presidiu o júri simulado.

A final da competição está marcada para o dia 17 de outubro, das 8h às 12 horas, também no Tribunal do Júri.

“O julgamento foi emocionante. Foi meu primeiro júri simulado. Estava tenso, era muita pressão, principalmente porque foi um caso real. Mas ao mesmo tempo, muito gratificante.”

Luiz Fernando Mello Filho,
estudante do UniCuritiba

“O júri se tornou um aprendizado para a vida toda. Hoje existem poucas peças que privilegiam a palavra. Aqui, neste júri, então, tivemos um aprendizado marcante.”

João Leopoldo Siqueira,
estudante da PUC-PR

“Tudo foi muito diferente da sala de aula. Pudemos exercitar o que o curso proporciona nos cinco anos. Tudo foi muito acirrado, uma verdadeira prova.”

Augusto César Pianoski,
estudante da Universidade Positivo

“O evento foi muito bom. Tudo foi melhor do que eu imaginava. Uma grande experiência.”

Gustavo Vinícius Moreira dos Santos,
estudante da UFPR

17 SET 2015

GAZETA DO POVO

Pacotaço tira mais verba da previdência estadual para pôr no caixa do governo

Medidas anticrise preveem que dinheiro da venda da folha dos inativos do Paraná ficará com o Tesouro. Negociação pode render R\$ 123 mi

Euclides Lucas Garcia

I Pouco menos de cinco meses depois de reduzir em R\$ 125 milhões o aporte mensal que faz à Parana Previdência em meio à batalha do Centro Cívico, o governo do estado pretende manter para si o dinheiro obtido com a venda aos bancos da gestão da folha dos inativos do estado. A medida está prevista no artigo 58 do “pacote anticrise”, enviado à Assembleia Legislativa na terça-feira (15), e já provocou revolta entre os servidores. Tramitando em regime de urgência, o projeto deve ser aprovado nas próximas duas semanas.

Assinado em 1.º de dezembro de 2010, ainda na gestão do governador Orlando Pessuti (PMDB), a última venda da folha de inativos foi para a Caixa Econômica, pelo valor de R\$ 90 milhões. Pelo acordo, o montante foi rever-

tido em favor da Parana Previdência, para ser usado, exclusivamente, “em programas de investimentos [para] a otimização dos recursos vinculados aos Fundos de Natureza Previdenciária por ela geridos, incluindo-se, os procedimentos de concessão e manutenção de benefícios”.

Agora, porém, o Executivo tem a intenção de remeter ao caixa geral do estado a verba obtida com a próxima negociação da folha dos aposentados, já que o atual contrato com a Caixa vence em 30 de novembro. Num cálculo hipotético, considerando a inflação de 36,86% medida pelo IPCA de dezembro de 2010 até o mês passado, a venda da folha dos inativos engordaria os cofres do estado em R\$ 123,2 milhões.

A medida proposta pelo governo contraria o artigo 30 da Lei 12.398/1998, que rege a previdência estadual. Pelo texto, “são receitas administrativas vinculadas [ao órgão] as rendas que a Parana Previdência venha auferir por meio de convênios ou contratos com outras instituições”.

Por meio da assessoria de imprensa, a Secretaria da Fazenda afirmou que os R\$ 90 milhões pagos pela Caixa cinco anos atrás já foram administrados pelo Tesouro do estado. E, agora, com a iminên-

cia da negociação de um novo contrato, o objetivo é apenas deixar claro na lei que caberá à pasta escolher o banco que vai gerir as folhas de ativos, inativos e pensionistas.

Na contramão da secretaria, o próprio líder do governo na Assembleia, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), admitiu que os recursos do atual contrato foram destinados à Parana Previdência, e não ao caixa estadual.

“Esses recursos são dos aposentados”, criticou Marlei Fernandes, do Fórum das Entidades Sindicais do Paraná. “Mais uma vez, o governo corre para fazer caixa sob todas as óticas às custas dos servidores. Não vamos aceitar isso, e, se for preciso, acionaremos inclusive o Ministério da Previdência.”

CONTINUA

17 SET 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Líder do governo retira trechos polêmicos do projeto na CCJ

Relator do "pacote anticrise" na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o líder do governo na Assembleia, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), eliminou definitivamente do texto dois pontos polêmicos. Um deles desobrigava o Executivo de precisar da autorização dos deputados estaduais para vender ações de empresas públicas e de economia mista, como a Copel e a Saneapar. O outro trecho excluído da proposta liberava o governo de ter de pagar o mesmo percentual – hoje em 11% – que inativos e pensionistas recolhem à ParanaPrevidência.

Além disso, por pressão dos colegas da base aliada, o peemedebista decidiu retirar do texto o artigo que estabelecia alíquotas progressivas de zero (até R\$ 25 mil) a 8% (acima de R\$ 700 mil) sobre o valor das transações envolvendo o imposto sobre heranças e doações, o ITCMD. Agora, a proposta tramitará na Casa em um projeto separado, com mais tempo para debate.

Um pedido de vista coletivo adiou a votação do parecer de Romanelli na CCJ nesta quarta-feira (16). Como o projeto tramita em regime de urgência, uma sessão extraordinária será realizada na próxima segunda-feira (21). (ELG)

PARCERIA COM PREFEITURAS

Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, Marcel Micheletto (PSDB) disse que vai propor que o fundo de combate à pobreza, criado no "pacote anticrise", seja vinculado a ações em parceria com as prefeituras. Para criar o fundo, o projeto do governo tira parte do repasse do ICMS para prefeituras e a outros poderes.

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

17 SET 2015

Zigue, zigue, zã

Do caldeirão fervilhante do secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, saiu uma nova sopa de letrinhas fiscais e tributárias direto para o 3.º andar do Palácio Iguaçú. Era para ser sorvida aos poucos e degustada para receber os temperos finais da sabedoria jurídica e da prudência política. Mas qual nada: o anteprojeto foi mandado ainda borbulhante para a Assembleia aprovar em regime de urgência.

Em lá chegando, a queimação foi geral. Antigos aliados e amigos do governador foram os primeiros a gritar contra o excesso de pimenta — caso do deputado Plauto Miró Guimarães, do DEM, primeiro-secretário da Assembleia, que anunciou imediatamente voto contra qualquer tentativa do governo estadual de aumentar mais impostos. Ele focou principalmente na parte do caldeirão que previa o aumento progressivo das alíquotas do tributo sobre doações e heranças, o ITCMD.

Foi a partir daí que começou o caxangá. O líder do governo, deputado Luiz Claudio Romanelli, ainda sentindo o ardor da queimações recentes a que foi submetido quando teve de defender as medidas impopulares do início do ano, entrou na roda para entoar a cantiga Escravos de Jó e, zigue-zigue-zã, foi logo providenciando um caxangá destinado a tornar mais palatável a intenção de Beto Richa e Mauro Ricardo de empurrar goela abaixo mais este pacote de aumentos tributários.

Por sua iniciativa e ainda que seja o líder do governo — cuja missão seria sempre a de resguardar a integridade dos projetos oriundos do Executivo —, Romanelli decidiu que o pacote deve ser transformado num substitutivo geral. Como relator, de cara capou a parte que tratava das alíquotas do ITCMD, que serão tratadas à parte num futuro projeto. Também não gostou do item que desobrigava o estado de dar contrapartida às contribuições previdenciárias dos aposentados.

Outro caxangá promovido por Romanelli aconteceu em relação à intenção do governo de privatizar fatias do capital da Copel e da Sanepar ou vender bens do estado sem precisar de aprovação prévia da Assembleia — um dos pontos mais polêmicos do novo pacote.

Nem mesmo o que parecia ser uma “bondade” vai passar incólume. O pacote prevê aumento de dois pontos percentuais no ICMS incidente sobre produtos supérfluos (cigarros e bebidas, por exemplo) — mas que o adicional de 2% seria destinado a um Fundo de Combate à Pobreza. A previsão é de que o acréscimo representaria cerca de R\$ 400 milhões no caixa.

Pobre pobreza

Como a destinação é para um Fundo, o valor suplementar do ICMS não seria dividido com os municípios nem com os demais poderes. Isto é, prefeituras, Assembleia, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas não receberiam, sobre esse montante, as respectivas cotas-partes previstas no orçamento. A grita já começou.

Mais: como se trata de um Fundo, o da Pobreza terá o mesmo destino de todos os demais fundos — isto é, os recursos cairão no caixa único — outra fonte dos caxangás a que o secretário Mauro Ricardo recorre para atender as premências que lhe pareçam mais urgentes.

CONTINUA

17 SET 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Recuperação

Queiram ou não os senhores contribuintes, tão sacrificados pelo pantagruélico apetite tributário que acomete o Palácio Iguazu desde o início do ano, é preciso reconhecer: Mauro Ricardo conseguiu aumentar a arrecadação em 15% em comparação à do mesmo período do ano passado. Ainda que se desconte a inflação (da ordem de 9%), houve ganho real para o caixa do governo. A despesa, ao contrário, cresceu menos de 1% no mesmo período, à custa, claro, em grande parte, do arrocho salarial imposto aos servidores, os escravos de Jó que mais sentiram a "austeridade" cantada por Beto Richa.

Bicando aqui e ali, comendo pelas beiradas os depósitos judiciais e metendo a mão na poupança previdenciária dos servidores, as finanças do Paraná se recuperam. Mas que fique a lição: se nos primeiros quatro anos de gestão não tivesse sido cometido o desatino de gastar mais do que a responsabilidade fiscal permitiria, o estado certamente não teria chegado ao ponto de ter de cortar a carne dos contribuintes. Nem precisaria arranjar desculpas esfarrapadas de que a situação de desequilíbrio era decorrente da crise nacional.

A crise era daqui mesmo, de um mal grafado xoque de gestão, já que nunca houve ao longo do primeiro mandato quedas de receita ou encolhimento do PIB na mesma proporção da média nacional. Ao contrário, houve crescimento real de arrecadação no período de 50%, muito acima da inflação. Os gastos desenfreados, no entanto, comeram o bom resultado sem que estivessem representados por investimentos que favorecessem decisivamente o desenvolvimento.

17 SET 2015

GAZETA DO POVO

Agentes penitenciários temporários geram onda de ações contra o estado

Já são quase 500 processos pedindo equiparação salarial com os servidores concursados, que ganham até três vezes mais. Sem mais trabalhadores entrarem na Justiça, passivo pode passar de R\$ 3 milhões

Diego Ribeiro

Desde 2011, o governo do Paraná tem recebido uma enxurrada de ações de contratados pelo Processo Seletivo Simplificado (PSS) para ocupar vagas no sistema carcerário estadual em funções denominadas “agentes de cadeia”, “agentes de monitoramento” e “agentes penitenciários”. Já são quase 500 ações propostas com apoio da assessoria jurídica do Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen) até agora. Grande parte delas já foi julgada como procedente.

O motivo é o pedido de equiparação salarial desses funcionários com a categoria concursada dos agentes penitenciários, que recebem mensalmente pouco mais de R\$ 4,5 mil. O salário das

funções temporárias varia de R\$ 1.199,09 até R\$ 2.281,81.

Apesar de trabalharem por tempo determinado e com salários bem abaixo da função efetiva, o serviço e os riscos são os mesmos que os dos agentes concursados, segundo o advogado Adauto Pinto da Silva, do Sindarspen. Portanto, deveriam ter o mesmo salário, com o adicional por atividade penitenciária.

Os chamados agentes de cadeia, que ficaram responsáveis por atuar nas delegacias superlotadas do Paraná, recebem R\$ 1.798. Se todas as 1.235 pessoas que entraram na primeira convocação do PSS para agente de cadeia em 2012 acionarem a Justiça para receberem o mesmo que os funcionários concursados, o passivo que pode ser gerado para o estado é estimado em mais R\$ 3 milhões.

De acordo com o advogado, há quase 3 mil pessoas que passaram por essas funções temporárias desde 2011. Só nas primeiras chamadas dos contratados por PSS, a reportagem verificou pouco mais de 2 mil convocados. Cada processo, no entanto, possui várias convocações e prorrogações de contratos. “Para economizar, o estado criou uma forma arbitrária de contratação, com a finalidade de suprir a emergência de dele”, disse o advogado.

Segundo Silva, há casos em que na mesma unidade penal é possível encontrar agente penitenciário concursado, agente por PSS e agente de cadeia fazendo as mesmas funções. “Praticamente está pacificado o tema. Nesses casos, o estado não tem conseguido reverter as decisões”, contou o advogado.

Decisão

Em decisão no começo deste mês, o magistrado César Ghizone, do 15.º Juizado Especial da Fazenda Pública de Curitiba, ressaltou que as atividades entre concursados e agentes temporários eram as mesmas. “Portanto, não verifico diferença entre as funções que demonstrem que não estão sujeitos aos mesmos riscos a que são submetidos os agentes penitenciários efetivos, durante a atividade laboral”, escreveu na sentença.

O principal argumento, de acordo com o magistrado, está amparado na Lei Complementar n.º 108/2005, que regulamentou a contratação de pessoal por tempo determinado, estendendo os benefícios dos servidores concursados aos temporários.

Outro lado

A reportagem entrou em contato com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) para saber como o governo está lidando com as ações, mas não obteve retorno.

17 SET 2015

GAZETA DO POVO

CNJ decide cortar salário de servidores da Justiça em greve

Os servidores da Justiça Federal que estão em greve há mais de três meses terão os salários cortados. A decisão, assinada na quarta-feira (16), é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e tem caráter provisório. Os funcionários dos Tribunais Regionais Federais, Eleitorais e do Trabalho serão atingidos pelo corte de ponto e pela suspensão dos pagamentos pelos dias não trabalhados. O comando de greve do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) – que abrange Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – participará de uma reunião nesta quinta-feira (17) com o desembargador Luiz Fernando Penteado, presidente da Corte, para decidir as medidas a serem tomadas. Para o coordenador de comunicação do Sindicato dos Servidores da Justiça Federal e Eleitoral do Paraná, Glaucio da Silva, a medida do CNJ é um "atentado ao direito de greve e à Constituição".

17 SET 2015

GAZETA DO POVO

Acordo costurado por juiz deve levar alunos a deixar UFPR

Marcela Campos e Rodrigo Batista

! A audiência de conciliação na Justiça Federal para decidir sobre a desocupação do prédio da Reitoria da Universidade Federal do Paraná (UFPR) terminou em um acordo que estabelece a saída dos estudantes do local na manhã desta quinta-feira (17). Os alunos que participam da ocupação, entretanto, ainda estavam discutindo, em assembleia, à noite, se realmente sairiam do prédio ou não. Até o fechamento desta edição não havia decisão.

Segundo a assessoria de imprensa da UFPR, com a saída dos alunos, as negociações com o movimento estudantil serão retomadas. Uma audiência entre a reitoria e os alunos está marcada para esta quinta.

A Pró-reitoria de Administração da UFPR (PRA) determinou que as ligações de água e energia elétrica fossem retomadas no prédio para que os alunos pudessem realizar a limpeza do local até a manhã desta quinta-feira. Em nota, a UFPR afirma que a desocupação ocorrerá com a presença de três oficiais de justiça, três representantes dos alunos, de servidores da universidade que trabalham no imóvel e dos sindicatos dos professores da UFPR (Apufpr) e do sindicato que representa os servidores da instituição (Sinditest).

O prédio da Reitoria foi ocupado no dia 31 de agosto por cerca de 200 estudantes. Desde então a administração da universidade suspendeu o pagamento de bolsas estudantis e o repasse de verbas a fornecedores e funcionários ter-

ceirizados. Na última sexta-feira (11), a UFPR também entrou na Justiça com pedido de reintegração de posse do edifício. Para evitar o uso desnecessário de força policial em uma possível ação de reintegração, a 4ª Vara Federal de Curitiba determinou a realização da audiência de conciliação.

Segundo o estudante Mateus Landoski, do Comando de Greve Estudantil, os universitários que participaram da audiência levaram uma série de reivindicações à reitoria, como a melhoria da estrutura dos cursos no Centro de Estudos do Mar, em Pontal do Paraná, onde a universidade oferece cinco graduações. “O curso de Engenharia Civil tem uma sala que não comporta o número de alunos. Os estudantes têm aulas em uma casa de madeira cedida pela prefeitura de Pontal do Paraná onde cabem 35 pessoas. Mas a turma tem 50 alunos. Além disso, o curso inteiro tem cinco professores e não há laboratórios”, reclama.

Os alunos pediram ainda o congelamento do preço da refeição nos restaurantes universitários — hoje a R\$ 1,30 —, a implantação do transporte intercampi à noite e a oferta desse serviço também para os cursos do Litoral, para que os alunos possam se des-

locar de ônibus, gratuitamente, entre as diferentes unidades da UFPR onde têm aulas. “Hoje há cursos de saúde com aulas de dia no Hospital das Clínicas e em parte da noite no Centro Politécnico. Mas a última linha do intercampi sai às 17 horas”, diz Landoski. Outras reivindicações foram a ampliação do atendimento psicológico e médico nos campi e a retomada das bolsas de extensão, que teriam sofrido cortes após a política de ajuste fiscal do governo federal.

Segundo a Justiça Federal, se os alunos não deixarem o local conforme o acordo, o caso volta para o juiz dar uma nova decisão.

TRANSPORTE INTERCAMPI

Uma das reivindicações dos estudantes que ocuparam a Reitoria da UFPR é a ampliação do horário de funcionamento da linha intercampi no período da noite. O serviço, segundo os alunos, vai só até às 17 horas, sendo que muitos estudantes têm de se deslocar depois deste horário entre as unidades da UFPR para ter aulas.

17 SET 2015

GAZETA DO POVO

Veto a doações de empresas privadas é golpe petista, diz Mendes

Após um ano e cinco meses de seu pedido de vista, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes votou na quarta-feira (16) contra a proibição do financiamento privado de campanhas eleitorais. Ele ainda disse que um possível veto a essas doações representaria um golpe com o objetivo de perpetuar o PT no poder.

Segundo Mendes, o PT manobrou a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), autora da ação que questiona a legalidade de doações privadas, para asfixiar a alternância de poder no país. Com fortes ataques ao PT, o ministro sugeriu que o partido é contra as transferências de empresas porque foi mentor do esquema de corrupção da Petrobras, beneficiou-se dos desvios na estatal e, com isso, teria verba para financiar campanhas “até 2038”.

Para ele, a proibição das contribuições de empresas asfixiaria os partidos que não se beneficiaram do esquema revelado pela Operação Lava Jato. “O que se pretende é que esta Suprema Corte atue à revelia do Congresso, que tem resistido a tais investidas.”

Após o voto de Mendes, o julgamento foi suspenso. A sessão deve ser retomada nesta quinta (17). Até agora, há seis votos contra o financiamento privado e um a favor. Até o fim do julgamento, os ministros podem mudar de posição.

17 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

A conta da Justiça

A recém-publicada edição anual do relatório “Justiça em Números”, um minucioso catálogo de dados e indicadores a respeito do Judiciário, propicia reflexões contrapostas em relação a esse Poder.

De um lado, evidencia uma Justiça cada vez menos cega para suas próprias estatísticas, disposta a jogar luz até sobre os índices de produtividade de tribunais e magistrados —temática tratada como tabu por diversos servidores.

Diante do esgotamento da capacidade de expansão dos gastos públicos e da necessidade de ampliar a eficiência dos serviços prestados pelo Estado, a iniciativa do Conselho Nacional de Justiça torna-se ainda mais meritória.

De outro lado, contudo, os resultados compilados na 11ª edição do estudo traçam um diagnóstico preocupante. Embora exista um bem-vindo aumento paulatino da quantidade de processos concluídos a cada ano, é ainda maior a expansão do quadro de pessoal e do volume de recursos envolvidos.

De 2009 a 2014, houve crescimento de 12,5% no total de casos julgados. No mesmo período, o contingente de servidores efetivos teve elevação de 18,6%, enquanto os gastos subiram 33,7%

acima da inflação. Isso para um Poder que custa aos contribuintes R\$ 68,4 bilhões, ou 1,2% do PIB.

O esforço pela produtividade fica aquém do necessário. Em 2014, os juizes quase conseguiram equiparar o número de processos resolvidos ao de ações abertas. Foram 28,5 milhões de casos baixados e 28,9 milhões de novos litígios.

O problema é que há um estoque de quase 71 milhões de processos nos escaninhos dos juizes. Outra má notícia é que a crise econômica, ao multiplicar demissões e falências, levará a uma alta de novas ações nos próximos meses.

Embora os resultados não sejam animadores, o levantamento constitui ferramenta formidável para identificar gargalos, avaliar desempenhos e gerir o sistema.

Até 2005, a Justiça brasileira merecia ser considerada uma “caixa-preta”. Havia a constatação óbvia de que a Justiça era lenta e falha, mas nenhum esforço sistemático de coleta de dados. Os tribunais que tentavam quantificar essas impressões o faziam de forma esparsa e sem uniformização.

Isso tem mudado. Resta encontrar um maneira eficiente de transformar as informações em melhorias palpáveis para o cidadão.

17 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Judiciário

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) refutam o modo impertinente como Gilberto Valente Martins, ex-integrante do CNJ, sugere levianamente que as entidades tivessem ou tenham acesso a informações privilegiadas, a voto de conselheiros ou a decisão sobre a pauta do conselho ("A pauta do CNJ nunca esteve tão congestionada", "Poder", 14/9). Custa acreditar que tal manifestação irresponsável e gratuita, ofensiva às entidades e ao chefe do Judiciário, tenha partido de agente público que há até poucos dias exerceu relevante cargo em uma das mais prestigiadas instituições da República.

GERMANO SIQUEIRA, presidente da Anamatra,
JOÃO RICARDO DOS SANTOS COSTA, presidente da
AMB, **ANTÔNIO CÉSAR BOCHENEK**, presidente da
Ajufe (Brasília, DF)

17 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça condena Cid Gomes a indenizar presidente da Câmara

DE BRASÍLIA - A Justiça do Distrito Federal condenou o ex-ministro Cid Gomes (Educação) a indenizar em R\$ 50 mil o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), por ter afirmado que a Casa tinha “uns 400, 300 deputados” achacadores.

A decisão é do juiz Reinaldo Dias Barbosa, da 23ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do DF. Cabe recurso.

A declaração, em fevereiro deste ano, motivou a convocação de Cid ao Congresso, que disse aos deputados: “Prefiro ser acusado por ele [Cunha] de mal-educado do que ser como ele, acusado de achaque”. O episódio levou à sua demissão.

À Justiça, Cunha alegou injúria à honra e à imagem dos deputados. Nesta quarta (16), afirmou não estar satisfeito. “Achei pouco. Vou recorrer para receber mais.”

Irmão de Cid, o ex-governador Ciro Gomes reagiu e chamou Cunha de “vagabundo”.

“Cid Gomes denunciou que havia um processo de apodrecimento das relações do governo com o Congresso, e que essa deterioração se assentava no achaque, na chantagem. Dito isso, foi lá, meteu o dedo na cara desse maior vagabundo de todos, que é o presidente da Câmara, pegou o paletó e foi para casa”, disse nesta quarta, após ato de filiação de Ciro ao PDT — Cid também deve se juntar à sigla ainda neste mês.

(REYNALDO TUROLLO JR.)

Marta Suplicy é absolvida pelo TJ-SP em acusação de improbidade

DE SÃO PAULO - O Tribunal de Justiça de São Paulo absolveu a senadora Marta Suplicy (sem partido-SP) da acusação de improbidade administrativa enquanto era prefeita de São Paulo (2001-2004).

A denúncia do Ministério Público acusava Marta de contratar sem licitação a ONG Gru-

po de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual. A secretária de Educação à época, Maria Aparecida Perez, e a própria ONG — da qual Marta é sócia-fundadora — também eram réus.

O tribunal decidiu que a contratação atendeu aos requisitos legais. O Ministério Público não recorrerá, segundo o TJ.

MÔNICA BERGAMO

PASSO ADIANTE

Fernando Henrique Cardoso está enviando carta aos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) defendendo a descriminalização das drogas no país. Na correspondência, incluiu o filme “Quebrando o Tabu”, de Fernando Andrade, no qual tem papel central na discussão sobre o tema. FHC defende a descriminalização de todas as drogas, e não apenas da maconha, como alguns ministros do STF defendem.

LUGAR CERTO

A coluna, ele já afirmou que “uma droga leve, tomada todo dia, faz mal. E uma droga pesada, tomada eventualmente, faz menos mal. Essa distinção é enganosa”. FHC defende que o consumo não seja considerado crime para que “o usuário não passe mais pela polícia, pelo Judiciário e pela cadeia”, mas sim por hospitais ou trabalhos comunitários.

17 SET 2015

FOLHA DE S. PAULO

Veto a doações privadas é golpe petista, diz ministro do Supremo

Gilmar Mendes ironiza PT e sugere que OAB foi manipulada pela sigla para asfixiar a oposição

Magistrado deixou o plenário do STF antes do fim do julgamento, em meio a discussão com Lewandowski

MÁRCIO FALCÃO
DE BRASÍLIA

Após um ano e cinco meses de seu pedido de vista, o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes votou nesta quarta (16) contra a proibição do financiamento privado de campanhas eleitorais e indicou que eventual veto a essas doações representaria um golpe com o objetivo de perpetuar o PT no poder.

Após o voto, o julgamento foi suspenso em meio a desentendimento entre Mendes e o presidente do tribunal, Ricardo Lewandowski, e deve ser retomado nesta quinta (17).

Segundo Mendes, o PT manobrou a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), autora da ação que questiona a legalidade de doações privadas, para asfixiar a alternância de poder no país.

Com fortes ataques ao PT, o ministro sugeriu que o partido é contra as transferências de empresas porque foi mentor do esquema de corrupção da Petrobras, beneficiou-se

dos desvios na estatal e, com isso, teria verba para financiar campanhas "até 20138".

Para ele, a proibição das contribuições de empresas asfixiaria os partidos que não se beneficiaram do esquema revelado pela Operação Lava Jato. "O que se pretende é que esta Suprema Corte atue à revelia do Congresso, que tem resistido a tais investidas."

Para ele, a proposta da OAB de vetar doações privadas e estabelecer um limite de doação para pessoas físicas "significa criminalizar o processo político-eleitoral".

E ironizou: "O partido consegue captar recursos na faixa dos bilhões de reais por contratos com a Petrobras e passa a ser o defensor do fim do financiamento privado de campanha. Eu fico emocionado, me toca o coração".

A ação da OAB sobre financiamento de campanha começou a ser discutida em 2013, mas foi interrompida duas vezes. O tribunal já tem maioria (6 dos 11 votos) para vetar doações de empresas.

DISCUSSÃO

A saída de Mendes do julgamento ocorreu após pedido da OAB para rebater acu-

sações. Lewandowski concedeu a palavra a um representante da entidade, mas Mendes afirmou que não deveria ser rebatido por advogado.

Lewandowski discordou, lembrando que o voto de Mendes durou mais de quatro horas. "Vossa Excelência pode deixar ele falar por dez horas, mas não fico...", devolveu Mendes, deixando o plenário.

O tom do ministro foi interpretado por integrantes do tribunal como pressão para que colegas que já votaram ajustem suas posições. Além de Gilmar, Teori Zavascki também defendeu a manutenção do financiamento privado.

“O partido capta recursos na faixa dos bilhões de reais por contratos com a Petrobras e passa a ser o defensor do fim do financiamento privado. Eu fico emocionado, me toca o coração”

GILMAR MENDES
ministro do Supremo Tribunal Federal

FOLHA DE S. PAULO

Odebrecht tenta impedir uso de dados da Suíça

17 SET 2015

Empreiteira vai ao STJ
contra ministro Cardozo

AGUIRRE TALENTO
DE BRASÍLIA

A empreiteira Odebrecht entrou com ação no STJ (Superior Tribunal de Justiça) para tentar impedir o uso de documentos obtidos pelo Ministério Público Federal sobre contas na Suíça empregadas para pagamentos de propina.

Para isso, a Odebrecht ajuizou mandado de segurança contra o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, pedindo que seja obrigado a dar detalhes sobre a cooperação entre o Brasil e a Suíça. Em abril, Cardozo negou pedido feito pela empresa, alegando que a investigação era sigilosa.

A empresa pediu ao STJ “ao menos a suspensão do uso dos documentos obtidos junto à autoridade suíça no curso das investigações até decisão final a ser proferida”. A ação foi ajuizada em 18 de agosto, mas o tribunal ainda não tomou nenhuma decisão.

As informações da Suíça foram obtidas após pedido da Procuradoria Geral da República ao Ministério da Justiça, que intermediou o contato com as autoridades suíças.

Segundo a Procuradoria, contas ligadas à empreiteira no exterior estão na origem de pagamentos que somam ao menos US\$ 17,6 milhões a ex-dirigentes da Petrobras.

A Odebrecht disse que exerce seu direito de obter informações de órgãos públicos para poder exercer seu direito de defesa. A Procuradoria diz que a cooperação com a Suíça seguiu a legislação em vigor. Cardozo não comentou.

17 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

MP pede ajuda para endurecer leis de combate à corrupção

Luís Fernando Wiltemburg
Reportagem Local

O Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual pedem a ajuda da sociedade civil organizada para angariar assinaturas de eleitores e emplacar um projeto para endurecer as penas e os processos de investigação contra a corrupção. As medidas estão previstas na campanha "Dez Medidas Contra a Corrupção" e foram apresentadas ontem, na sede da Associação Comercial e Industrial de Londrina (Acil), a empresários e entidades que trabalham pela transparência.

A proposta, segundo o procurador da República Luiz Antônio Cibin, é que as dez ações sejam transformadas em um projeto de lei de iniciativa popular a ser discutido e aprovado pelo Congresso Nacional. Para que um projeto desta natureza seja aceito, é necessária a subscrição de pelo menos 1,5 milhão de eleitores.

Até o momento, o movimento deflagrado pelo MPF já angariou 196,7 mil assinaturas em todo o Brasil. O Paraná é o segundo melhor em desempenho, com 25 mil, assinaturas, ficando atrás apenas de São Paulo, com 42 mil. Somente em Londrina, o MPF conseguiu 2,7 mil, mas recebeu ontem abaixo-assinado com mais 2,2 mil coletadas pelos membros da Junior Chamber International (JCI) durante o Londrina Matsuri.

A reunião ontem na Acil teve o objetivo de pedir ajuda para a coleta de assinaturas e

apoio para a divulgação da campanha. O presidente da associação, Valter Orsi, afirmou que a entidade vai se reunir com associados para discutir como dar apoio. Fábio Cavazotti, presidente do Observatório de Gestão Pública de Londrina, defendeu que o município deve se destacar na coleta de assinaturas, principalmente devido à ligação de figuras-chave da Lava Jato: o doleiro Alberto Youssef e o ex-deputado André Vargas (sem partido).

PROBLEMAS RECORRENTES

A elaboração das Dez Medidas partiu dos procuradores que atuaram na Lava Jato. A experiência no caso, conta, trouxe luz às dificuldades encontradas nos processos, que acabam dando a sensação de impunidade. "Eles [procuradores] perceberam que os impedimentos seriam os mesmos em outros casos, como a Operação Zelotes, no Distrito Federal, ou a Publicano, do Ministério Público do Paraná", diz.

As medidas incluem a criminalização do enriquecimento ilícito para agentes públicos; criminalização do caixa dois e responsabilização dos partidos políticos; a reforma do sistema de prescrição penal; eficiência dos recursos no processo penal; prisão preventiva irrevogável sem a devolução do dinheiro desviado; proteção à fonte da denúncia; aumento das penas e tornar a corrupção de grandes valores em crime hediondo; rapidez

nos processos de improbidade administrativa; revisão do sistema de nulidades processuais penais; e recuperação do lucro derivado do crime.

Para o procurador da República, as medidas podem melhorar a posição do Brasil no Ranking de Transparência, que coloca o país na 69ª colocação em uma lista de 175. "Se aprovadas as medidas, creio que subiríamos umas trinta posições, porque repercutiria de forma positiva", avalia.

O procurador do Estado Cláudio Esteves, ex-coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate à Corrupção em Londrina, considera que o momento criado pela condução da Lava Jato é propício para melhorar o sistema de justiça brasileiro. "Precisamos melhorar de maneira que a Justiça possa cumprir seu papel, punir os responsáveis e acabar com essa sensação de impunidade."

17 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

Estado unifica atendimento a vítimas de violência sexual

O atendimento a vítimas de violência sexual no Paraná passa a ter um protocolo unificado. O Estado é o primeiro a organizar a assistência integral a essas pessoas e a coleta de vestígios em hospitais de referência de dez Regionais de Saúde. O lançamento do projeto ocorreu na terça-feira em Curitiba. O trabalho foi realizado em parceria entre as Secretarias da Saúde, Segurança Pública e Administração Penitenciária, Trabalho e Desenvolvimento Social e Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

“A partir de agora, poderemos oferecer um atendimento humanizado e digno à vítima que passou por um momento tão delicado. Demos um grande passo na garantia de um atendimento qualificado a quem passou por situação de violência sexual. Essa ação, pioneira no Brasil, é um avanço para o País e principalmente para o Paraná”, destacou o secretário de Estado da Saúde, Michele Caputo.

O Protocolo para Atendimento às Pessoas em Situação de Violência Sexual também orienta tecnicamente os profissionais de saúde quanto aos procedimentos a serem realizados, como a contração de emergência e prevenção das infecções sexualmente transmissíveis, além da coleta dos vestígios para elaboração de laudos periciais.

“A situação vai além da necessidade de conhecimento técnico, é preciso olhar a vítima não só com a razão profissional, mas também com muita sensibilidade”, salientou Michele Caputo Neto

Para o secretário da Segurança Pública e Administração Penitenciária, Wagner Mesquita, a extensão do programa é importante para a humanização do serviço, que é feito pelo Instituto Médico Legal. “A polícia continuará fazendo o trabalho técnico, visando a condenação do criminoso, mas sem submeter a vítima a mais um constrangimento, o que contribuirá para a recuperação dela após o trauma e para que as sequelas daquele evento negativo sejam minimizadas no atendimento”, afirmou.

O novo atendimento, que começa a funcionar a partir de 1º de outubro, foi elaborado seguindo diretrizes previamente estabelecidas em decretos e resoluções relacionados à violência sexual no Brasil. “A situação vai além da necessidade de conhecimento técnico, é preciso olhar a vítima não só com a razão profissional, mas também com muita sensibilidade e é isso que estamos fazendo aqui”, salientou Caputo Neto.

“*A polícia continuará fazendo o trabalho técnico, mas sem submeter a vítima a constrangimento”*

17 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

De volta ao MP

A promotora de Justiça Leila Schimiti retornou ao trabalho no Ministério Público (MP) de Londrina depois de 30 dias de férias. Leila pediu afastamento depois de se envolver em acidente de trânsito na Avenida Higienópolis, quando voltava de uma festa. Segundo o boletim de ocorrência, ela apresentava sinais de embriaguez, mas se recusou a fazer o teste do bafômetro. Leila integra a equipe de investigadores responsáveis pela Operação Publicano, que apura corrupção na Receita Estadual.

Partido Novo

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou a criação do Partido Novo, o 33º do País com registro definitivo na Corte. Nas urnas, o número da legenda será o 30. Além das 492 mil assinaturas entregues ao TSE, o Novo fundou nove diretórios estaduais (em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Rio Grande do Norte) e quatro núcleos de apoio (no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Pernambuco).

Advogados e deputados

Advogados Públicos Federais promoveram um café da tarde com os deputados federais, em Brasília (DF). O encontro ocorreu no hotel Cullinan, na capital federal. O objetivo foi "agradecer" a bancada pela aprovação da proposta legislativa (PEC 443/2009) em primeiro turno. A proposta fixa parâmetros para a remuneração dos advogados públicos.

Cid Gomes é condenado

O ex-ministro da Educação Cid Gomes foi condenado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal a pagar R\$ 50 mil a título de indenização por danos morais ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em razão de uma declaração feita em fevereiro. Em evento na Universidade Federal do Pará, Cid acusou a Câmara dos Deputados de ter entre 300 a 400 achacadores. Como é decisão de 1ª instância, ainda cabe recurso à condenação, proferida na segunda-feira pelo juiz da 23ª Vara Cível do TJDF.

17 SET 2015

FOLHA DE LONDRINA

Direito da UniFil discute novo Código de Processo

O reitor Eleazar Ferreira e o coordenador do curso de Direito da UniFil, o professor doutor Osmar Vieira da Silva, estão recebendo em Londrina ilustres juristas, desembargadores e doutrinadores, como palestrantes do Congresso Brasileiro sobre o Novo Código de Processo Civil. A abertura do evento aconteceu ontem à noite, no Teatro Marista, reunindo estudantes, docentes e profissionais das diversas áreas das ciências jurídicas. As atividades prosseguem até amanhã, com palestras e debates, enfocando as mudanças na legislação e como impactam para a sociedade em geral e na atuação de advogados, promotores, procuradores, juizes, e demais operadores do meio jurídico. O congresso é mais uma importante realização da instituição anfitriã, para os jovens que lá estudam e fazem o curso de Direito.

FOLHA DE LONDRINA

PAULO AFONSO MAGALHÃES NOLASCO

O Exame de Ordem

É demagógica e desprovida da mínima razoabilidade a defesa que alguns políticos querem fazer da extinção do Exame de Ordem, hoje exigido para a habilitação de advogados. Desnecessário historiar a existência do mesmo e as razões pelas quais foi ele instituído. Permanecem e até aumentaram as razões pelas quais é fundamental o Exame de Ordem para aferição da mínima capacidade de colocar em prática os ensinamentos obtidos nas faculdades cursadas. É sabido de todos que têm discernimento que não se exigir uma mínima aferição do conhecimento do bacharel em Direito que pretenda exercer a advocacia traria resultados catastróficos aos cidadãos que dele se socorressem.

17 SET 2015

Anote-se que o Brasil tem hoje mais faculdades de Direito do que o resto do mundo todo. Isso significa que há um "câncer" sendo gestado e suas consequências para os que dele forem vítimas serão nefastas. A solução para a questão dos muitos bacharéis em Direito que não conseguem se habilitar minimamente para o exercício da profissão é um preparo mais adequado nas faculdades que cursaram.

Uma análise muito mais criteriosa e com interesse único, na qualidade das escolas, é que deve ser aplicada pelas autoridades que permitem a abertura indiscriminada dessas faculdades cujo único escopo é auferir dinheiro para seus sócios. Entre eles, diga-se, muitos políticos.

É necessário que o povo do país seja informado de mais essa lastimável traquinagem que pretendem levar a cabo, políticos inconsequentes e irresponsáveis. O Exame de Ordem, ao contrário do que propaga a demagogia reinante, não é um exame que visa criar mercado cativo para os profissionais da advocacia. É sim um simples aferidor das mínimas condições de entendimento de modo a dar segurança a quem se socorre do advogado, de que o profissional tenha capacidade técnica para compreender e resolver a questão que lhe é posta. A eventual extinção do Exame de Ordem causará muito mais mal à nação do que sua manutenção com as mínimas exigências como existe hoje. O que tem que ser feito é uma análise criteriosa e com interesse unicamente na formação profissional dos estudantes de Direito.

PAULO AFONSO MAGALHÃES NOLASCO é
advogado e conselheiro da Subseção
Londrina da OAB

17 SET 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Empresas de ônibus pedem na Justiça novo reajuste

Tarifa técnica passaria de R\$ 2,93 para R\$ 3,40 e reajustaria preço

O Sindicato das Empresas de Transporte da Grande Curitiba (Setransp) entrou com uma ação na Justiça para pedir o reajuste da tarifa técnica na capital paranaense. O novo valor da taxa, que corresponde ao montante repassado pela Urbanização de Curitiba (Urbs) às empresas do transporte coletivo, deve passar dos R\$ 3,40 – contra os R\$ 2,93 atuais.

Segundo o presidente da Urbs, Roberto Gregório, para dar conta de transferir essa quantia, o órgão tem duas opções: ou a prefeitura arca com os custos, retirando dinheiro de outras áreas, ou o preço da passagem do usuário (que está em R\$ 3,30) aumenta.

“De uma forma ou de outra, quem vai pagar é a população. Por isso nós vimos com surpresa e achamos lamentável essa medida extrema por parte das empresas. Agora precisamos aguardar, já que ainda não fomos notificados oficialmente da ação”, disse Gregório. (Banda B) ■

17 SET 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Marta Suplicy é absolvida de improbidade

A senadora Marta Suplicy, ex-prefeita de São Paulo, foi absolvida pela 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo da acusação de improbidade administrativa, em processo relativo à sua gestão no comando do município. A denúncia do Ministério Público acusava Marta de ter contratado sem licitação, a organização não-governamental (ONG) Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GT-POS) para ações sobre planejamento familiar, métodos contraceptivos e sexualidade nas regiões de Cidade Adermar e Cidade Tiradentes, na capital paulista.

Mas para o relator do recurso, desembargador Carlos Violante, a contratação atendeu aos requisitos legais para dispensa de licitação, não caracterizando irregularidade. Os desembargadores Vera Lucia Angrisani e Renato Delbianco acompanharam o voto do relator. ●

Gilmar Mendes vota por financiamento privado no STF

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF) votou nesta quarta-feira (16) a favor do financiamento privado de campanhas políticas. Mendes entendeu que não há vedação expressa na Constituição a doações a candidatos e a partidos políticos. O placar da votação, que começou em 2013, está agora em seis votos a dois contra as doações. Após a leitura do voto, o julgamento foi interrompido e será retomado na sessão de hoje.

O entendimento firmado pela Corte somente poderá ser aplicado às eleições municipais de outubro de 2016 se a votação for encerrada até o dia 2 de outubro, um ano antes do pleito. A decisão da Corte será definitiva e independe do juízo da presidente Dilma Rousseff sobre o projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados, na semana passada, que autorizou o financiamento. ●

BEMPARANÁ

Imbróglia

Justiça condena Hospital do Trabalhador por morte de criança

Os responsáveis pelo Hospital do Trabalhador (HT) de Curitiba terão que indenizar em R\$ 200 mil, por danos morais, os pais de uma bebê que morreu em 2010 na instituição. A decisão, tomada na última semana, é da 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que entendeu ter havido graves falhas por parte da entidade.

17 SET 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

NA CATRACA

Empresas entram na Justiça pra aumentar valor pago pela Urbs por passageiro

Fernanda Zaremba
fernandaz@tribunadoparana.com.br

Em pouco de mais de sete meses, o valor da passagem de ônibus em Curitiba pode aumentar de novo. O Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros da capital e região metropolitana (Setransp) entrou com ação na Justiça, requerendo o reajuste da tarifa repassado pela Urbs às empresas.

O motivo da ação é a tarifa técnica - o custo do transporte dividido pelo número de usuários pagantes. Ela representa o valor real por passageiro pago às empresas de ônibus. Enquanto a passagem custa R\$ 3,30 na catraca, a Urbs paga às empresas, há 18 meses, por usuário, R\$ 2,93. Todo ano, em fevereiro, há reajuste, porém, neste ano o aumento não aconteceu, e é isso que o sindicato reivindica.

CONCILIAÇÃO

O Setransp explicou que houve tentativa de conciliação entre os órgãos no Ministério Público e ficou acertado que a Urbs repassaria R\$ 3,40 a cada usuário. A finalização do acordo dependia apenas da Urbs, que recuou nas negociações, alegando que o órgão não possuía recursos para o pagamento aprovado pelo MP.

Por nota, o sindicato afirmou que "causou estranheza o argumento da URBS de falta de recursos, uma vez que, neste ano, a entidade recebeu valores do Estado do Paraná (R\$ 12,5 milhões), repasses

de subsídio aprovados pela Câmara Municipal e vem cobrando do usuário uma tarifa técnica de R\$ 3,30 desde fevereiro".

Os empresários alegam que estão tendo prejuízos e, se repasse não for feito, o pagamento de funcionários pode atrasar. "As operadoras simplesmente não têm recursos para os referidos pagamentos, de modo que serão obrigadas a atrasar diversas outras obrigações, como fornecedores e impostos". O reajuste também seria necessário para arcar com o aumento de 9% nos salários e 15% no preço do diesel.

TRIBUNA DO PARANÁ

JÚRI ABSOLVE SUSPEITO

17 SET 2015

Lucas Sarzi
lucass@tribunadoparana.com.br

Jeferson Bonete Alves, 25 anos, acusado do duplo homicídio contra o tenente-coronel da reserva da Polícia Militar João Antônio Pazinato, 56 anos, e de Débora Cristina Zavaski, 30, em 3 de outubro de 2012, foi absolvido, terça-feira.

Segundo o advogado Claudio Dalledone Junior, que defendeu Jeferson, a decisão dos jurados foi tomada principalmente por não haver provas suficientes para culpá-lo. "A investigação foi uma das piores que eu já trabalhei e isso eu lamento, porque é um trabalho do Estado, que é pago por nós, e que não foi bem feito", disse Claudio Dalledone Junior.

Jeferson, que estava há um ano e sete meses preso, foi absolvido e o juiz determinou que fosse colocado em liberdade.

O irmão de Jeferson, Maikon Rubens Bonete Alves, 26 anos, também foi julgado e inocentado, em março.

POLÍCIA

Na época do crime, o delegado Rubens Recalcatti, no comando da Delegacia de Homicídios, identificou Maikon e Jeferson como os autores do crime. Os dois foram ouvidos e indiciados. "Se foi inocentado, a polícia fez o papel que pôde fazer, com as provas que tinha", explicou. "A inocência deles é opinião tomada por um conselho de jurados, que talvez não receberam as informações corretas". Recalcatti preferiu não comentar a respeito do que foi dito sobre o advogado sobre as falhas nas investigações.

STJ – TERCEIRA TURMA AUTORIZA PENHORA DE FRAÇÃO IDEAL DE IMÓVEL INDIVISÍVEL

É possível a penhora de fração ideal dos devedores em imóvel que se encontra em condomínio e serve de residência para a genitora deles. A decisão, da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), reforma acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP).

A empresa de dois irmãos foi alvo de ação de execução de título extrajudicial, referente a duplicatas vencidas e não pagas no valor de R\$ 74

mil. No curso do processo, deferida a desconsideração da personalidade jurídica, foram indicados à penhora dois imóveis dos sócios.

O juiz de primeiro grau negou a penhora de um dos imóveis porque servia de residência a um dos executados e sua família, o que atrai a proteção da Lei 8.009/90. Foi autorizada a penhora da parte ideal dos irmãos em outro imóvel, respeitada a meação das esposas.

STJ – EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL NO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO E PRESUNÇÃO DE VIOLÊNCIA NA PESQUISA PRONTA DESTA SEMANA

Suspensão da execução extrajudicial no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e violência presumida nos crimes de estupro de vulnerável são os temas da Pesquisa Pronta disponibilizados nesta semana na página do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Quanto ao primeiro tema, o STJ já decidiu que, em se tratando de contratos celebrados no âmbito do SFH, enquanto perdurar a demanda a execução extrajudicial poderá ser suspensa desde que preenchidos os requisitos para

a concessão da tutela cautelar, independentemente de caução ou do depósito de valores incontroversos.

Em relação ao segundo tema, o tribunal se posiciona no sentido de que é absoluta a presunção de violência na prática de conjunção carnal ou outro ato libidinoso com menor de 14 anos, de forma que o suposto consentimento da vítima, sua anterior experiência sexual ou a existência de relacionamento amoroso com o agente não tornam atípico o crime de estupro de vulnerável.

STJ – LIBERDADE CONDICIONAL EM CRIME DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO SÓ APÓS DOIS TERÇOS DA PENA

Ainda que o crime de associação para o tráfico não integre a lista de crimes hediondos ou equiparados, previstos na Lei 8.072/90, a liberdade condicional nesse tipo de delito exige o cumprimento de dois terços da pena.

A decisão é da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em julgamento de recurso especial interposto pelo Ministério Público. O colegiado reformou decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) que havia afastado a aplicação do arti-

go 44 da Lei de Drogas (Lei 11.343/06).

O ministro Reynaldo Soares da Fonseca, relator, reconheceu que esse também era o entendimento da Quinta Turma, mesmo depois da edição da Lei 11.343. Segundo o ministro, o colegiado, pela ausência da natureza hedionda do crime, observava os requisitos dos incisos I ou II do artigo 83 do Código Penal (cumprimento de mais de um terço ou mais da metade) para a concessão do livramento condicional.

16 SET 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STJ – CORREIOS DEVEM INDENIZAR ARTISTA POR USO NÃO AUTORIZADO DE OBRA EM SELO

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) deve indenizar uma artista plástica pelo uso não autorizado da imagem de sua obra em selos postais. A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) não aceitou o argumento da empresa de que a obra fora comprada por um museu da União, de forma que haveria transmissão do direito de reprodução e de exposição ao público.

Ao negar o recurso da ECT, o relator do caso, ministro Humberto Martins, afirmou que o direito brasileiro protege a obra de arte desde sua criação e que a reprodução

só é legal quando prévia e expressamente autorizada pelo autor. Basta a reprodução total ou parcial da criação intelectual sem autorização para que seja violado o direito autoral.

Martins explicou que o fato de a obra ser vendida a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, não retira do autor a prerrogativa de defender sua criação, de obter os proventos que a exposição de seu trabalho ao público venha a proporcionar, bem como de evitar possível utilização por terceiros, sob quaisquer modalidades, sem autorização prévia e expressa.

STF – MINISTRO JULGA EXTINTA AÇÃO CONTRA MEDIDA PROVISÓRIA QUE ALTEROU REGRAS DA PREVIDÊNCIA

Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada contra Medida Provisória fica prejudicada se, após alteração substancial na lei de conversão, a parte autora não faz aditamento à petição inicial. Com base nesse entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Luiz Fux extinguiu a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5238, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) contra a Medida Provisória (MP) 664/2014, que alterou regras do sistema

de Previdência Social no final do ano passado.

Conforme os autos, a MP foi convertida na Lei nº 13.135, de 17 de junho de 2015, e representou significativas modificações no texto proposto pela presidente da República.

Para o ministro Luiz Fux, a ADI fica prejudicada. No caso, o relator verificou que, mesmo diante das alterações introduzidas, transcorridos mais de dois meses desde a publicação da lei que resultou da conversão da Medida Provisória nº 664/2014, “a autora não procedeu à emenda de sua petição inicial”.

16 SET 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Negada liminar em novo pedido de Habeas Corpus formulado por Renato Duque

O ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF), indeferiu pedido de liminar no Habeas Corpus (HC) 130106, impetrado por Renato Duque, ex-diretor da Petrobras e um dos investigados na Operação Lava-Jato, contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça que indeferiu pedido de revogação de sua prisão preventiva. A decisão foi publicada no Diário da Justiça eletrônico do STF da última sexta-feira (11).

No pedido, Duque alega afronta à decisão do STF no HC 125555, que revogou prisão cautelar anterior a que estava submetido. Segundo ele, o novo decreto tinha a mesma formulação argumentativa do anterior, mudando-se apenas a fundamentação do pedido, que passou a ter como base a necessidade de manutenção da ordem pública.

Sustenta que no período em que permaneceu solto, por ordem do STF, não surgiu fato novo que justificasse a decretação de nova custódia cautelar. Afirmo também que não houve descumprimento das medidas cautelares impostas e observa que, como está aposentado e fora da Petrobras há 3 anos, não é possível cogitar de reiteração da prática de crimes investigados na operação Lava-Jato.

Ao indeferir o pedido, o relator observou que, para a concessão da liminar é necessário, além da comprovação da urgência da medida, a demonstração inequívoca da plausibilidade do direito invocado. Destacou que, no decreto prisional, é relatado que

as investigações demonstram que Renato Duque teria transferido os saldos de suas contas na Suíça para outros países, na tentativa de evitar o bloqueio dos valores.

De acordo com os autos, apenas para um banco no Principado de Mônaco teriam sido remetidos 20,5 milhões de euros, aproximadamente R\$ 70 milhões. Segundo o decreto de prisão, essas transferências representariam novos atos de lavagem de dinheiro e a permanência de Duque em liberdade dificultaria a recuperação integral dos valores mantidos por ele em contas secretas.

Destacou, também, que, embora as questões suscitadas pela defesa sejam relevantes, não autorizam a revogação, em caráter liminar, da prisão preventiva. O relator salientou que nova análise será feita no exame do mérito.